



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Gabinete do Defensor Público-Geral

**EDITAL Nº 05/2015
DESIGNAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA DEFENSORIA DA 4ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL, CÍVEL E
CRIMINAL-FORTALEZA -CE**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que está sendo destinado para atuação extraordinária órgão de atuação na Defensoria Pública da 4ª Unidade de Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza-CE- Juizado do Torcedor, a ser provido por **DESIGNAÇÃO**, conforme regras a seguir estabelecidas e ainda:

CONSIDERANDO a elevada quantidade de assistidos da Defensoria Pública da 4ª Unidade de Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, que necessitam da continuidade da prestação do serviço de assistência jurídica por membros desta Instituição;

CONSIDERANDO que na referida Unidade Judiciária funciona o Juizado do Torcedor,

CONSIDERANDO a elevada quantidade de assistidos da Defensoria Pública naquele Juizado Especial que necessitam da continuidade da prestação do serviço de assistência jurídica por membros desta Instituição;

CONSIDERANDO que todos os Defensores Públicos que compunham o cadastro de reserva do último concurso para provimento de cargo de Defensor Público já foram nomeados, inexistindo, portanto, possibilidade de nomeação de novos Defensores Públicos para atuarem no órgão de atuação acima mencionado;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar aos membros da carreira igualdade de condições em participarem do presente processo de designação em que existe urgência no provimento da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Oferecer 01 (uma) vaga para atuação extraordinária na 4ª Unidade de Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza e Juizado do Torcedor.

§ 1º O Defensor Público deverá atuar 01(uma) vez por semana no órgão defensorial acima indicado, conforme cronograma a ser estabelecido pela Coordenadoria das Defensorias da Capital – CDC.

§ 2º A designação a que se refere o presente artigo ocorrerá pelo período de 06 (seis) meses.

Art. 2º O órgão de atuação será preenchido conforme o critério **antiguidade**.

§ 1º Poderão concorrer nessa designação os Defensores Públicos em efetivo exercício, tendo prioridade aqueles que não tenham participado de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral nos últimos 06 (seis) meses.

§ 2º Não poderão participar desta designação aqueles Defensores Públicos que estejam participando de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Gabinete do Defensor Público-Geral

§ 3º São consideradas atividades extraordinárias a atuação/auxílio, estabelecida por portaria específica, em órgão defensorial diferente da designação ordinária de cada Defensor Público interessado.

§ 4º Os demais Defensores Públicos inscritos formarão lista de suplentes, que deverão ser designados com a observância dos critérios estabelecidos neste edital.

Art. 3º Será expedida, pelo Gabinete da Defensoria Pública Geral, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28/04/97, publicada no D.O.E. de 02/05/97, portaria específica para atuação na referida atividade jurídica, **com prejuízo** das funções ordinárias do Defensor Público no dia em que estiver designado para atuar no supracitado órgão defensorial.

Art. 4º Os Defensores Públicos interessados deverão se inscrever através do e-mail cdc@defensoria.ce.gov.br, até o dia **23 (vinte e três) de abril de 2015**.

Art. 5º A divulgação do Defensor Público selecionado será efetuada através do *site* da DPGE, no dia **24 (vinte e quatro) de abril de 2015**.

Art. 6º A solicitação de diária e de ajuda de custo caberá ao próprio Defensor Público, devendo os pedidos serem direcionados à Defensoria Pública-Geral, através do e-mail protocolo@defensoria.ce.gov.br, com a portaria anexa e antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ao atendimento no órgão.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Defensoria Pública-Geral do Estado.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO, aos 16 de abril de 2015.

Túlio Iumatti Ferreira
Defensor Pública-Geral do Estado, em exercício